

BOLETIM 110

Brasília, 27 de abril de 2016

Fórum das Confederações de trabalhadores defende direitos

As Confederações de Trabalhadores se mobilizam. Nesta terça (26), elas se reuniram no Fórum Sindical dos Trabalhadores, na Contec, em Brasília, quando reafirmaram posição em defesa dos direitos trabalhistas e pela continuidade da política de ganho real para o salário mínimo.

A Agência Sindical entrevistou o dirigente bancário Lourenço do Prado, que coordena o Fórum. Ele afirma: “As Confederações repudiam cortes em direitos. Vamos intensificar a mobilização nos Estados, engajando as entidades nesse empenho”. O FST fará encontros estaduais, a fim de preparar um seminário em Brasília, em maio. A próxima reunião das Confederações acontecerá dia 4 próximo.

A pauta das Confederações, reunidas no Fórum, engloba, ainda, combate ao projeto das terceirizações e rejeição à ideia de que o negociado prevaleça sobre o legislado. Lourenço diz: “O sindicalismo nunca se negou a negociar. Mas adotamos como parâmetro o que a lei estabelece, principalmente a CLT”.

Ações - O FST indicou para 18 de maio amplo seminário no auditório Nereu Ramos, Câmara de Deputados, para análise de conjuntura e aprovação de documento e pauta das Confederações.



EM DEFESA DA UNICIDADE SINDICAL.
DO EMPREGO E DOS DIREITOS TRABALHISTAS



Lourenço do Prado é o coordenador do FST

Estrutura - O Fórum Sindical dos Trabalhadores tem presença nacional, por meio de Sindicatos e Federações. Sebastião Soares, dirigente da CSPB (Servidores) e da Nova Central adianta que essa estrutura se mobiliza para defender direitos e impedir retrocessos. “Temos autonomia frente a governos. Há muita inquietação nas bases quanto a possível mudança de governo e agravamento da política econômica, devido ao viés neoliberal exposto no chamado Plano Temer”.

FÓRUM - O Fórum é coordenado por Lourenço do Prado, presidente da Contec (Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito). Lourenço é dirigente da UGT.

O Fórum agrega 20 Confederações. São entidades nacionais, que defendem a estrutura sindical, o custeio e as conquistas da CLT e da Constituição.

CONTRICOM - O presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho,



Mazinho (CONTRICOM) participou da reunião do FST

participou do encontro, quando voltou a denunciar “a situação crítica da economia, especialmente da construção civil, setor que acumula um número sem precedentes de trabalhadores desempregados”, voltando a defender “medidas urgentes de investimento no setor para a retomada do crescimento e a geração de empregos”.

Sobre a crise política, Mazinho defendeu que, “seja qual for o desdobramento dessa situação, o movimento sindical deve buscar que o Ministério do Trabalho seja um instrumento que atenda efetivamente os interesses dos trabalhadores e de suas organizações”.

Fonte: Agência Sindical

Em encontro com Temer, sindicalistas criticam propostas do PMDB

O vice-presidente da República, Michel Temer, recebeu hoje (26) no Palácio do Jaburu, líderes de quatro centrais sindicais que pedem a

manutenção e a ampliação de direitos trabalhistas, além da retomada do crescimento e do emprego, no caso de um eventual afastamento da presidenta Dilma Rousseff em decorrência do processo de impeachment, em discussão no Senado.

Segundo relatos dos líderes que participaram do encontro, o vice-presidente tranquilizou os sindicalistas: “Ele nos garantiu que, caso o impeachment seja aprovado, vai haver diálogo antes de qualquer proposta ser encaminhada ao Congresso”, disse Ricardo Patah, presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT).

Os sindicalistas relataram que estão preocupados em perder influência política em um eventual governo Temer, dada a proximidade do vice com o setor empresarial. No domingo, Temer se reuniu por seis horas com o presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, Paulo Skaf.

“Têm vindo aqui políticos, têm vindo aqui empresários, têm vindo aqui banqueiros, têm vindo todo mundo, e como ficam os trabalhadores? Viemos aqui colocar as nossas castanhas”, disse o presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), Antonio Fernandes Neto, após sair da reunião com Temer.

“Todo mundo tem que contribuir, não podem vir aqui alguns setores, como nós temos visto, e querer tirar o corpo fora”, disse o presidente da Força Sindical, deputado Paulinho da Força (SD-SP), sem detalhar a quem se referia. O deputado é um dos defensores do impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

Durante o encontro com o vice, os líderes sindicais criticaram pontos do documento Ponte para o Futuro, programa de governo formulado pelo PMDB no ano passado para a recuperação da



economia e que deixou em alerta o mundo sindicalista. Entre os pontos está a possibilidade da negociação entre empregados e patrões se sobrepôr à legislação trabalhista, a fixação de idade mínima para aposentadoria e a desvinculação de benefícios sociais atrelados ao salário mínimo.

Em relação a uma reforma da previdência ou a qualquer interferência na política de valorização do salário mínimo, o vice não transpareceu se pretende levar as medidas adiante, se reservando apenas a ouvir a oposição dos sindicatos a elas, relataram os líderes sindicais.

Propostas - Segundo os sindicalistas, as medidas apresentadas por eles podem gerar até R\$ 111 bilhões para o caixa do governo. Elas incluem: aumento nas taxações de grandes fortunas, de bens de luxo como aviões e iates e da remessa de lucros ao exterior, além do combate à evasão de divisas, entre outras. De acordo com os presentes no encontro, a sugestão que mais agradou o vice foi a renovação da frota de veículos no Brasil, para aquecer a economia e estimular a indústria.

De acordo com Paulinho da Força, os representantes das centrais sindicais pediram ainda para acelerar a aprovação, no Congresso, da medida provisória que regulamenta os acordos de leniência entre o governo e as empresas investigadas na Operação Lava Jato, para que elas possam voltar a operar normalmente e gerar emprego. Outro ponto colocado foi o uso das reservas internacionais do país para investimentos e o pagamento da dívida pública.

Racha - Além de representantes da União Geral dos Trabalhadores (UGT), da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) e da Força Sindical,

também participou do encontro o presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores, José Calixto Ramos.

Já a Central dos Trabalhadores e Trabalhadores do Brasil (CTB) divulgou nota segunda-feira (25) na qual diz não reconhecer o governo de Michel Temer, caso o vice assuma o poder. “A CTB não se reúne com golpista”, diz o texto.

Quanto à Central Única dos Trabalhadores (CUT), desde a aprovação na Câmara dos Deputados da admissibilidade do processo de impeachment de Dilma, a CUT vem se mobilizando no sentido de inviabilizar um eventual governo Temer. A central sindical é um dos principais grupos a se manifestarem contra o afastamento da presidenta, ao lado de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Fonte: Agência Brasil

Anastasia é eleito relator do processo contra Dilma no Senado Federal

Por votação simbólica, o nome do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) foi aprovado pela comissão do Senado que analisa a admissibilidade do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff. O tucano era a única indicação para o cargo, mas parlamentares governistas pediram o impedimento do nome de Anastasia para a relatoria do caso.

A votação foi precedida por questões de ordem de senadores da base de apoio ao governo que afirmaram haver suspeição sobre o tucano. O

argumento para tentar impedir sua eleição é que o PSDB, maior partido de oposição no Senado, apoiou o pedido de impeachment da presidenta e por isto, a posição do relator já é conhecida.

Com esta primeira sessão de trabalho começa a contar o prazo para que a comissão conclua e vote, por maioria simples, um parecer indicando ou não a continuidade do processo. Este mesmo texto, independente do resultado no colegiado, será submetido ao plenário do Senado onde precisa da mesma maioria simples entre os 81 senadores da Casa.

Nos primeiros minutos da sessão de hoje, a temperatura dos debates se elevou e o PSDB estava no centro dos impasses. Uma questão de ordem apresentada pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) pedia para que o nome do advogado Flávio Henrique Costa Pereira, coordenador jurídico nacional do PSDB, fosse incluído como um dos subscritores do pedido que culminou na abertura do processo, ao lado dos advogados Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal.

O senador Cássio Cunha Lima (PB), líder do PSDB na Casa, rebateu afirmando que Pereira é advogado dos três autores e não subscritor e classificando a iniciativa como um “tipo de chicana”. O presidente da comissão eleito no início da reunião, Raimundo Lira (PMDB-PB), indeferiu o pedido. Governistas afirmaram que vão recorrer ao plenário da Casa para tentar reverter a decisão.

Raimundo Lira assumiu o comando da comissão com a promessa de conduzir os trabalhos com afinco e “consciência da responsabilidade que exige essa tarefa”. Disse ainda que nas próximas semanas os olhos do Brasil estarão voltados para o Senado e os olhos



Anastasia será o relator no Senado Federal

do Senado para a comissão especial do impeachment. “É preciso que todos saibam que a comissão não pode falhar em dar ampla defesa e direito ao contraditório”, alertou também firmando compromisso com a transparência, o respeito e o diálogo.

Fonte: Portal EBC

Superintendência do Trabalho divulga relatório da ação fiscal sobre o rompimento da barragem em Mariana

O relatório da ação fiscal do trabalho sobre o rompimento da barragem de Mariana, divulgado nesta terça-feira (26) pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais (SRTE/MG), resultou na aplicação de 23 Autos de Infração à mineradora Samarco. A coletiva de



imprensa contou com as presenças do Diretor do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho da Secretaria de Inspeção do Trabalho, Rinaldo Marinho; e do Superintendente Regional do Trabalho de Minas Gerais, Ubirajara Alves de Freitas.

Durante cinco meses, nove auditores fiscais analisaram o acidente de trabalho em função do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana. O desastre resultou na morte de 13 trabalhadores terceirizados e no desaparecimento de um funcionário da Samarco, além da morte de outros cinco moradores do Distrito de Bento Rodrigues. “Um acidente como esse é construído ao longo do tempo. Não possui uma causa única. Resulta de uma combinação de fatores acumulados que levam a sua ocorrência”, explica o auditor fiscal Mário Parreiras, que participou da equipe responsável pela ação.

Dos 23 Autos de Infração, 18 estão relacionados a irregularidades referentes à saúde e à segurança no trabalho; e um diz respeito à terceirização ilícita, relativa à contratação de empresa para atividade-fim da mineradora (alteamento da barragem), o que fere o artigo 41 da CLT e a Súmula 330 do TST. Os demais autos referem-se à jornada de trabalho: foram constatadas horas-extras em excesso, falta de intervalo entre as jornadas e redução de intervalo de repouso e refeição.

Conclusão - O relatório concluiu que uma série de fatores levou ao acidente como aparecimento de água no corpo da barragem (surgências) entre 2013 e 2015; grandes trincas que apareceram em 2014 na região do recuo do eixo, na ombreira esquerda, com saturação do solo; ausência de drenos nas ombreiras e vibrações em função das obras de drenagem com

equipamentos pesados em 2015, sismos e detonações na mina vizinha à barragem.

A análise será entregue ao Ministério Público do Trabalho (MPT) e à Advocacia Geral da União (AGU).

Fonte: MTPS

MP libera FGTS como garantia de empréstimo consignado no setor privado

Medida provisória também regulamenta a indenização de lesões causadas por embarcações e normatiza a extinção dos créditos tributários inscritos em dívida ativa da União

O Congresso Nacional analisa a Medida Provisória 719/16, que prevê a liberação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) como garantia de empréstimo consignado no setor privado; regulamenta a indenização por lesões causadas por embarcações não identificadas ou que estejam inadimplentes; e normatiza a extinção dos créditos tributários inscritos em dívida ativa da União.

A MP inicialmente altera a Lei 10.820/03, que prevê o controle e a utilização do saldo da conta vinculada e da multa rescisória, no âmbito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), como garantia de empréstimo consignado para empregados do setor privado.

Segundo a proposta, “a medida reduz o risco de inadimplência associado à alta rotatividade de forma significativa, melhora o perfil de risco das operações de crédito e permite



a ampliação dos empréstimos, em linha com o que ocorreu nos outros segmentos. Ademais, possibilita a convergência, no médio prazo, das taxas médias de juros às praticadas para trabalhadores do setor público e para aposentados e pensionistas do INSS”.

Fonte: Agência Câmara

CAE do Senado examina projeto que regulamenta trabalho a distância

O senador Eduardo Amorim (PSC-SE) é o autor de projeto que regulamenta o trabalho a distância. Sua proposição (PLS 326/2013) está na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e pode ser votado nesta terça-feira (26). Em entrevista à Rádio Senado, o autor da proposta explicou que pretende garantir o reconhecimento legal de uma realidade que já está presente há bastante tempo em todo o mundo, o chamado teletrabalho. Em sua opinião, o trabalho a distância precisa estar contemplado na Consolidação das Leis de Trabalho para preencher o que considera que seja uma omissão legislativa. O relator da matéria, senador Roberto Requião (PMDB-PR) apresentou voto favorável ao projeto.

Fonte: Agência Senado

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)